

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1616354 - PE (2016/0195201-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO - PE011338
AGRAVADO : COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : FELIPE VALENTIM DA SILVA - PE031671
GEORGE JOSÉ NASCIMENTO DE SOUZA E
OUTRO(S) - PE027317

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO. INDICAÇÃO CLARA E EXPRESSA. NECESSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONECTÁRIO LÓGICO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO. *REFORMATIO IN PEJUS*. INEXISTÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 - STJ).
2. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.
3. É firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a falta de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal que teria sido violado no acórdão recorrido implica deficiência na fundamentação do recurso especial. Inteligência da Súmula 284 do STF. Precedentes.
4. A questão relativa ao arbitramento de honorários advocatícios, por representar conectário lógico do juízo de sucumbência, é de ordem pública e, por isso, deve ser apreciada de ofício pelo magistrado, não havendo violação do princípio do *ne reformatio in pejus*. Precedentes.
5. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou expressamente que a fixação dos honorários advocatícios em favor da Companhia Energética, ainda que pela instância revisora, não configura *reformatio in pejus*, tampouco encontra-se sujeita à preclusão, por se tratar de matéria de ordem pública.
6. Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator